

FREIRE, Dulce (2012), “Terra e liberdade. Experiências de reforma agrária em Portugal no século XX”, in Raquel Varela, Ricardo Noronha e Joana Dias Pereira (coord.), *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, Lisboa: Edições Colibri.

GREVES E CONFLITOS SOCIAIS
EM PORTUGAL NO SÉCULO XX

Coordenação

Raquel Varela
Ricardo Noronha
Joana Dias Pereira

Edições Colibri



Instituto de História Contemporânea
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

CONFERÊNCIA GREVES E CONFLITOS SOCIAIS : PORTUGAL NO SÉCULO XX, Lisboa, 2011

Greves e conflitos sociais : Portugal no século XX / Conferência Greves e Conflitos... ; coord. Raquel Varela, Ricardo Noronha, Joana Dias Pereira. — (I.H.C. — Colóquios ; 5)

ISBN 978-989-689-188-6

I — VARELA, Raquel, 1978-

II — NORONHA, Ricardo, 1979-

III — PEREIRA, Joana Dias, 1978-

CDU 94(469)"19"(042)

323

331

061

Fotografia da capa:

"Pessoal da Companhia Carris (eléctricos) acompanhado por numerosos civis durante a greve de 1912-1913 a qual provocou a queda do segundo Governo Constitucional da República, presidido pelo Doutor Augusto de Vasconcelos e a substituição deste por outro da presidência do Doutor Duarte Leite".

Autor: Não mencionado

PT/TT/SNI/ARQF/RP-003-0012/28156

"Imagem cedida pelo ANTI"

Título: Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX

Coordenação: Raquel Varela, Ricardo Noronha,
Joana Dias Pereira

Editor científico e revisor: António Simões do Paço

Edição: Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Depósito legal n.º 338 619/12

Patrocínios:

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Associação Internacional Greves e Conflitos Sociais

Lisboa, Abril de 2012

Terra e liberdade. Experiências de reforma agrária em Portugal no século XX

Dulce Freire

No início de Maio de 1974, agricultores e trabalhadores rurais de Alpiarça¹ encetaram outra etapa no processo local de reforma agrária. Numa sessão pública realizada na Casa do Povo da vila, entre outras questões, discutiram-se as condições de acesso a uma vasta e fértil propriedade localizada na margem do rio Tejo. A iniciativa esteve na origem de uma das mais duradouras cooperativas agrícolas criadas no contexto da Revolução de Abril. Esta foi uma das experiências que, a par de outras mudanças, marcou localmente a transição da ditadura para a democracia e que, como tal, contribuiu para a consolidação política do novo regime.

Os acontecimentos de 25 Abril de 1974 e dos meses seguintes colocaram este país da periferia da Europa Ocidental no centro das atenções políticas e jornalísticas internacionais. Desde logo, vários aspectos da Revolução dos Cravos, considerada a precursora da vaga de democratizações que ocorreu depois da II Guerra Mundial², mereceram interesse da comunicação social e motivaram numerosas publicações. Entre os múltiplos estudos conhecidos, o processo de reforma agrária tem sido um dos temas mais discutidos³.

A longa bibliografia publicada sobre a reforma agrária tem privilegiado a análise dos aspectos disruptivos, demonstrando como esta constituiu "*the revolution within the revolution*", para retomar as palavras de Nancy Ber-

¹ Alpiarça, com menos de 8 mil habitantes nos anos 70 do século XX, cresceu na margem esquerda do rio Tejo (distrito de Santarém, região do Ribatejo), a partir de finais do século XIX. Com acesso a terras na lezíria (plana, fértil e regada) e na charneca (colinas, menos fértil e difícil acesso à água), tinha na vinha a cultura dominante, produzindo também azeite, cereais, legumes e frutas.

² S. Huntington, *The third wave: democratization in the late twentieth century*, Norman, University of Oklahoma Press, 1993.

³ É imensa a bibliografia publicada desde 1974. Um levantamento destas obras pode ser consultado em Almeida Freire (2002). Entre as edições mais recentes refiram-se A. Murteira (2004), M. Fernandes (2006), I. Fonseca (2006) e C. Piçarra (2008).

meo⁴. Articulando, por vezes, o nível nacional com o local, os autores descrevem a orientação das decisões políticas, as disputas ideológicas e partidárias, o dinamismo dos diferentes protagonistas nas várias fases de ocupação, exploração, expropriação e reapropriação da terra. Grande parte destes estudos, empiricamente centrados no Alentejo, contribui para que a discussão da questão da reforma agrária em Portugal seja, frequentemente, circunscrita às singularidades revolucionárias que caracterizam a segunda metade dos anos 70 nesta região. Contudo, apesar de menos explorados pelos investigadores, numerosos indícios sugerem que os discursos e as práticas associados à reforma agrária são cronológica e geograficamente mais abrangentes.

Acompanhando os debates e as iniciativas que estavam a decorrer em outros países, desde o século XIX que, em Portugal, as discussões acerca da questão da terra remetiam, repetidamente, para as possibilidades e as oportunidades de proceder a reestruturações fundiárias. Se o recurso à ocupação de terras tem sido, como nota Hobsbawm⁵, expediente frequente das comunidades rurais, historicamente a concepção de reforma agrária tem assumido significados mais amplos. Por exemplo, nas propostas de autores como Ezequiel de Campos ou Henrique de Barros, que marcaram o pensamento económico e político português contemporâneo, a defesa da reforma agrária podia contemplar iniciativas públicas e privadas que implicassem uma reorganização fundiária e que, com propriedade plena ou outra modalidade, permitissem democratizar o acesso à terra, através quer de explorações individuais, quer colectivas⁶. Nestas perspectivas, poder-se-á afirmar que, durante o século XX houve em Portugal várias promessas e experiências de reforma agrária. Falta, porém, em grande parte, avaliar os efeitos locais e regionais destas iniciativas e também identificar os impactos nacionais das mesmas.

Argumenta-se neste artigo, primeiro, que os acontecimentos que marcaram a reforma agrária durante o período revolucionário dos anos 70 devem ser inseridos num processo mais longo de disputas pela terra, que adquiriu especial visibilidade nas regiões do Centro e Sul do país. Ao contrário do que têm defendido alguns autores, existia fome de terra e tanto trabalhadores como proprietários e agricultores procuraram por diversas vias garantir o acesso a esse factor de produção⁷. Segundo, as formas adoptadas pelos vá-

⁴ N. Bermeo, *The revolution within the revolution: workers control in rural Portugal*, Princeton, Princeton University Press, 1986.

⁵ E. Hobsbawm, "Peasant land occupations», *Past and Present*, n.º 62/Fev, 1974 pp. 120152.

⁶ H. Barros, *Sobre o conceito de reforma agrária*, Porto, Clube Fenianos Portuense, 1949.

E. Campos, *Textos de economia e política agrária e industrial. 1918-1944*, ed./introdução F. Rosas, Lisboa, Banco de Portugal, 1998.

⁷ A questão tem sido discutida por alguns autores, entre os quais Pereira (1983) e Fernandes (2006).

rios protagonistas para ter acesso à terra e os resultados obtidos estiveram não só vinculados às políticas de carácter nacional, mas também às dinâmicas locais. Os dados empíricos recolhidos (sobretudo entre 2001-2005), durante a pesquisa de terreno e em arquivos de várias instâncias de poder do Estado, permitem explicitar como as iniciativas locais durante a reforma agrária revolucionária de 1974/1976 se inserem em contextos políticos, sociais e económicos historicamente mais amplos'. A partir do caso de Alpiarça, este artigo visa discutir algumas das modalidades de reforma agrária ambonadas e executadas em Portugal durante o século XX.

Fome de terra e liberdade: experiências de reforma agrária

Aquela reunião de Maio na Casa do Povo, e muitas outras que marcaram o quotidiano em Alpiarça nas semanas que se seguiram à madrugada de Abril, pode ser analisada de diversas perspectivas. Foi, por exemplo, um ponto de partida para participação activa da sociedade civil na construção da democracia, a defesa do aumento da produtividade da terra, a expressão da vitalidade local do Partido Comunista Português (PCP). Em alguns casos de ocupação de terras no Alentejo, argumenta-se que estas foram iniciativas exógenas que encontravam escasso apoio local. Contudo, em Alpiarça a adesão da comunidade tomou os acontecimentos que se seguiram ao 25 de Abril uma expressão de ampla mobilização social e forte identidade local. De facto, na questão do acesso à terra, antes de ser ponto de partida para algo que ainda não se conhecia, a reunião de início de Maio de 1974 pode ser vista como um ponto de chegada de várias tentativas que estavam a ser desenvolvidas por membros da comunidade.

Observando a historicidade dessas iniciativas, verifica-se que a revolução de Abril de 1974 constituiu uma oportunidade política, rapidamente aproveitada por alguns habitantes, para satisfazer uma antiga ambição colectiva. Devido à natureza das mudanças no quadro institucional e político nacional que estavam em curso, esta foi, ao contrário das anteriores, uma tentativa bem sucedida. Apesar da precocidade das diligências locais, o acesso efectivo àquela terra, que passou por várias vicissitudes, beneficiou das dinâmicas do movimento de ocupações, a partir de 1975, e foi legitimado pela promulgação das leis da reforma agrária⁹, no Verão Quente desse ano.

Para compreender a origem, o desenrolar e a longevidade deste projecto de reforma agrária, é necessário avaliar como as tentativas de acesso à terra

⁸ Mais detalhes sobre as várias iniciativas de reforma agrária podem ser encontrados em Freire (2007; prelo).

⁹ O principal diploma foi o decreto-lei n.º 407-A/75 (30-07-1975).

das décadas anteriores se inscreveram nas manifestações locais de oposição ao Estado Novo e na concepção de projectos, individuais e colectivos, de mobilidade social ascendente. Nesta análise, dividem-se essas tentativas de acesso à terra em duas esferas de acção com algumas coincidências temporais e espaciais, mas que começam e acabam em momentos diferentes: uma corresponde a um tempo mais curto, que decorre entre o início da década de 60 e 1976, estando directamente relacionada com a reunião de Maio de 1974; outra é mais longa, com início e final mais difusos, podendo assinalar-se o começo para as últimas décadas do século XIX e prolongá-la até finais da década de 70. Uma sucessão de décadas em que se fomentou uma identidade local marcada pela ambição de terra, a vontade de melhorar de vida e a defesa de valores democráticos.

A) Reforma agrária revolucionária

A discussão que teve lugar naquela reunião de Maio e a formação posterior de comissões de agricultores e trabalhadores, que conduziu à institucionalização, em 1976, da Cooperativa do Mouchão¹⁰ deve inserir-se num processo que estava a desenrolar-se desde o início dos anos 60. Nessa altura terminou mais um contrato de arrendamento, celebrado entre o Estado e um grande rendeiro regional que explorava o Mouchão do Inglês. Esta é uma propriedade com cerca de 400 hectares em plena lezíria", um troço da terra mais fértil de que o país dispõe. Tal como tinha acontecido em outros momentos de mudança de contrato, vários habitantes de Alpiarça manifestaram intenções de aceder à exploração daquela propriedade. A par dos maiores proprietários do concelho, também os membros da organização local do PCP reivindicaram o direito de acesso dos mais pobres àquela cobiçada propriedade, que, sendo já do Estado, deveria ser o começo da ampla reforma agrária que o partido defendia. Essas reivindicações inseriram-se no longo repertório de luta contra a ditadura que, desde os anos 40, estava a ser protagonizado por grande parte dos moradores, exigindo melhores salários e condições de vida, defendendo práticas locais e direitos cívicos que consideravam inalienáveis¹².

¹⁰ Formalmente, a Cooperativa de Produção Agrícola do Mouchão do Inglês de Alpiarça foi constituída em Agosto de 1976. Para além da terra arrendada por contrato de longo prazo, renovado periodicamente, a cooperativa, que continua em funcionamento, explora propriedades que adquiriu.

¹¹ Na origem, o mouchão foi uma ilha que se formou no leito do Tejo, que no século XX ficou ligado à margem esquerda. Desde o século XVI que o Estado arrendava por largos prazos esta propriedade a diferentes rendeiros.

¹² As prolongadas e diversificadas formas de resistência e de conflito protagonizadas Pelos

Nesta altura, a organização local do PCP, constituída principalmente por pequenos agricultores que eram também trabalhadores sazonais, exigia a divisão da propriedade e a entrega das parcelas aos mais pobres da vila. Este era também o modelo de reforma agrária agora defendido pela Junta de Colonização Interna, o organismo do Estado criado em 1936 para intervir na estrutura fundiária. Desde 1959 que a JCI estava, precisamente, a desenvolver projectos em outras áreas de Alpiarça e nos concelhos vizinhos, pelo que era plausível a intervenção desta para satisfazer as necessidades locais. Durante o período eleitoral de 1961, o assunto foi vivamente discutido, integrando-se nas disputas entre opositoristas e afectos à situação. E como as expectativas criadas não estavam a ser satisfeitas em Abril de 1962, no jornal *Voz de Alpiarça* (1 de Abril de 1962), descrevia-se o "péssimo exemplo" que constituía o "insólito abandono" do Mouchão do Inglês: áreas incultas, vinha por tratar, etc.

Os técnicos da JCI procederam a diversos estudos de viabilidade económica e a inquéritos à população para avaliar quantos seriam os candidatos a rendeiros. O governador civil de Santarém aplaudia a intenção de dividir os 400 hectares por 200 famílias, pressionando para que as decisões fossem rápidas: "inútil se torna encarecer a projecção política de que uma tal operação se reveste, principalmente em meio onde a propaganda do partido comunista tem encontrado ambiente propício junto da população rural"¹³. Mas a JCI chegara à conclusão de que, mesmo privilegiando apenas os mais pobres, se todos fossem contemplados, as parcelas seriam de tal forma pequenas que inviabilizariam qualquer inovação tecnológica e acabariam por fomentar algo que os técnicos desde sempre combateram: o excessivo fraccionamento da propriedade rústica. Nesta altura, ao contrário dos anos 30 e 40, já nem se defendia a criação de pequenas glebas que funcionassem como complemento do salário. À medida que os equipamentos agrícolas disponíveis se tornavam mais ágeis e diversificados, foi aumentando o tamanho mínimo para explorações economicamente eficientes, situando-se na época entre os 10 e os 20 hectares. As contas eram fáceis de fazer: apenas uma minoria dos candidatos teria acesso à terra que todos cobiçavam.

Numa comunidade onde eram notórios os sinais de fome de terra, as escolhas eram difíceis e nunca seriam consensuais. Como o concelho estava há muito assinalado no mapa do país subversivo, tais decisões poderiam ter consequências políticas imprevisíveis para o Estado Novo. A década de 60 foi passada em estudos, troca de ofícios entre repartições e momentos de

habitantes de Alpiarça contra a ditadura conduziram, entre outras consequências, a que fossem repetidamente presas dezenas de habitantes e que o quotidiano decorresse sob intensa vigilância policial (Pais 2005; Freire 2007).

¹³ ANTT/SG/MADRP, cx258, 10-1-1963.

tensão e violência, sempre que os alpiarçenses exigiam respostas por parte dos serviços do Estado. A estas solicitações, mais do que a JCI, respondiam as forças da GNR e da PIDE, que estavam instaladas na vila.

Em vez de agir, o Estado optou por, a diversos pretextos, adiar as decisões. Quando o ambiente político local se tomava demasiado ameaçador para a ordem estabelecida, renovava as promessas de acesso à propriedade. Foi o que aconteceu durante os processos eleitorais para a Assembleia Nacional de 1969 e 1973. Mas quando o assunto readquiriu maior pertinência política para o marcelismo, a concepção de reforma agrária havia mudado. Os técnicos da JCI defendiam agora que a exploração fosse feita num sistema de agricultura de grupo. Esta também se tomara a modalidade de exploração preferida pelo PCP. Como o secretário de Estado da Agricultura, Vasco Leónidas, fez publicar nova legislação (decreto-lei 49184, 11-08-1969), constituíram-se em Alpiarça grupos de agricultores para beneficiar dos prometidos apoios financeiros do Estado a quantos explorassem colectivamente terras arrendadas.

Quando ocorreu a revolução de 25 de Abril, enquanto os serviços públicos prosseguiram a lenta discussão dos possíveis destinos para o Mouchão do Inglês, na perspectiva dos experientes agricultores locais, a terra continuava a estar explorada de forma deficiente. Na ânsia de mudança que se propagou, alguns pequenos agricultores, incluindo membros do PCP, apressaram-se a reafirmar a necessidade de fazer cumprir antigas promessas, tornando a propriedade útil para o desenvolvimento da comunidade. Ao inverso do que tem sido assinalado para o Alentejo, a pressa em assegurar o acesso à terra não estava directamente relacionada com a pressão do desemprego, já que, no início de Maio, muitos continuavam a tratar das vinhas e, mais ainda, eram seareiros sazonais que, nos campos de Vila Franca, trabalhavam nos seus meloais. Para os alpiarçenses, o caso inseria-se, antes, no vasto rol de injustiças e agressões a que a comunidade estivera sujeita durante a ditadura e que urgia reparar.

Contudo, tal como tinha constatado a JCI, não foi possível contemplar directamente todos os interessados com os rendimentos provenientes da propriedade, o que causou várias tensões locais. A comissão encarregada do Mouchão deu prioridade à maximização da exploração dos recursos disponíveis, procurando assim não só diferenciar-se do que tinha sido a acção do Estado Novo, mas também aplacar as críticas e legitimar-se dentro da comunidade. Com o apoio de técnicos ligados ao PCP, que agora se integravam sem temor nos serviços oficiais, e, depois, com o enquadramento das leis da reforma agrária foi iniciada a constituição da cooperativa e a preparação do contrato de arrendamento com o Estado. Enquanto estavam a desenrolar-se estes processos, seguindo o modelo produtivista defendido na época, foi posto em prática um plano de exploração agro-pecuária. Em Abril de 1975, o trabalho no Mouchão envolvia 30 famílias, que se preparavam para

cultivar 120 hectares com tomate, 6 com pimentos, 17 com milho, feijão e outros hortícolas, 15 com melão, 18 com aveia, 90 com trigo e ainda a criar gado bovino e ovino (*Voz de Alpiarça*, 1 de Abril de 1975).

No Mouchão do Inglês houve uma modalidade contratualizada de acesso colectivo à terra, cuja legitimidade foi consolidada com os resultados produtivos alcançados. Contudo, a revolução abriu mais possibilidades para satisfazer a fome de terra, quer pela dinamização do mercado fundiário, quer através da ocupação colectiva de propriedades privadas. Em Alpiarça constituíram-se duas cooperativas e uma unidade colectiva de produção que, no conjunto, correspondiam a quase 700 hectares de área ocupada. Salvaguardando as especificidades locais, pode afirmar-se que o percurso destas acompanhou as tendências seguidas na Zona de Intervenção da Reforma Agrária tanto na constituição, como na desagregação, a partir de finais dos anos 70. Nos anos 80, ao fim de um século de constantes manifestações, localmente a fome de terra atenuou-se, mas não desapareceu. Todavia, os alpiarcenses recordam como, nesses anos, foi possível adquirir boas terras por bom preço.

B) Colonização espontânea e intervenção do Estado

Em Alpiarça, como nos concelhos vizinhos, a fome de terra parece ter-se tornado mais intensa a partir das últimas décadas do século XIX. Nessa altura, o crescimento populacional e a intensificação da exploração agrícola do território estavam a estimular habitantes das zonas montanhosas do Norte a deslocarem-se rumo ao Sul. Muitos começaram por vir como trabalhadores sazonais em busca de um salário nas searas ou nas vinhas, mas não descuraram as possibilidades de se estabelecer de forma duradoura como trabalhadores e agricultores. Provenientes de zonas dominadas por explorações camponesas, detinham as competências necessárias para produzir e acondicionar bens agrícolas diversificados. Para os fracos recursos destes candidatos a agricultores na borda d'água, como designavam o Ribatejo, o arrendamento de pequenas parcelas era uma das formas mais expeditas para terem acesso à terra.

Entre finais do século XIX e as primeiras décadas do seguinte, a dinamização do mercado de arrendamento fundiário beneficiou do parcelamento de milhares de hectares existentes no Centro e no Sul de Portugal. Respondendo à procura e aproveitando a legislação favorável, foram demarcadas parcelas em terrenos municipais e em propriedades privadas. Num processo que ficou conhecido como colonização espontânea, surgiram em vários concelhos (principalmente nos localizados entre os estuários do Tejo e do Sado) novas áreas de povoamento associadas a explorações agrícolas familiares. Com parcelas que variavam, geralmente, entre dois e sete hectares, cada família assumia o compromisso de arrotear e cultivar a terra mediante o pa-

gamento de uma renda em géneros e/ou dinheiro ao senhorio. As áreas assim povoadas assumiram, por vezes, designações que as identificam como Foros de Salvaterra, Foros de Almeirim, Foros de Fernão Ferro, etc.

No concelho de Alpiarça surgiram dois núcleos de colonização espontânea. Ambos localizados na zona mais alta e inóspita do município e, como tal, afastada da cobiçada lezíria. Aqui, como aconteceu habitualmente, os proprietários disponibilizaram-se a dividir apenas as áreas menos férteis das quintas. Um destes núcleos de colonização foi crescendo, desde as últimas décadas do século XIX, na Quinta da Gouxa e Atela (na fronteira com o concelho de Almeirim). Na área que passou a ser conhecida como Foros da Gouxa, surgiram dois pequenos núcleos populacionais. Em meados do século XX contabilizavam-se 300 fogos onde residiam 1100 habitantes. O segundo núcleo foi delimitado no extremo oposto do território de Alpiarça, na Herdade do Vale da Lama (que se estende para o concelho da Chamusca). Nos anos 20 do século XX, o nobre proprietário permitiu que os agricultores se instalassem "sem outro acordo além do que — palavra de fidalgo — 'mais colheria quem melhor amanhasse', refere uma petição dos rendeiros¹⁴ Estabeleceram-se cerca de 150 rendeiros, que não estavam autorizados a construir habitações de alvenaria e viviam em pequenas cabanas de madeira e juncos.

Em ambos os casos, coube aos rendeiros a árdua missão de desbravar a charneca, designada de escaldante e improdutiva, que fora durante séculos apenas floresta e coutada de caça da aristocracia. Praticavam um sistema de policultura, assente no sequeiro e no regadio proporcionado por ribeiras irregulares ou águas subterrâneas. Contudo, os rendimentos obtidos nestas explorações raramente seriam suficientes para sustentar o agregado doméstico e, pelo menos, sazonalmente, vários membros destas famílias satisfiziam a procura regional de mão-de-obra.

Apesar de muito elogiadas pelos intelectuais oitocentistas e do início do século XX, que as apresentavam como soluções para resolver o desequilíbrio da estrutura fundiária e do povoamento nacional, estas iniciativas de reforma agrária não evitavam, salienta Oliveira Baptista¹⁵, que os rendeiros tivessem baixos rendimentos e condições de vidas precárias. Mas, apesar de todos os problemas, não faltavam candidatos a rendeiros, sobretudo nos anos 40 e 50. Numa altura em que as políticas nacionais impediam a emigração e em que escasseavam as alternativas laborais fora da agricultura, aumentava a pressão sobre a terra. Vários proprietários procuraram expulsar os antigos rendeiros, para, actualizando as rendas, entregar a terra a outro candidato, ou

¹⁴ D. Freire, *Portugal e a terra. Itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*, Dissertação de doutoramento/dactilografada, Lisboa, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 2007.

¹⁵ F. O. Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

implementar outras modalidades de exploração. A conflitualidade social que atravessou estas zonas de colonização é um dos sinais dessa tensão ¹⁶. Tentando aplacar o alastramento das reivindicações, sobretudo depois de o Estado Novo se sentir ameaçado em 1958, a JCI foi chamada a intervir, a partir de 1959, nas zonas mais problemáticas.

Uma dessas intervenções visou a Quinta da Goux e Atela. Quando, em 1941, a quinta foi vendida, o novo proprietário tentou reconverter a exploração intensiva que estava a ser praticada pelos rendeiros numa exploração pecuária e florestal de carácter extensivo. Na iminência de serem expulsos das terras que cultivavam há décadas, os rendeiros insurgiram-se e fizeram correr em tribunal um processo contra o proprietário. O desfecho, favorável aos agricultores, foi conhecido em 1944 ¹⁷. A decisão legal garantiu a permanência dos rendeiros nas explorações, mas não levou ao desaparecimento dos motivos de conflitualidade e o proprietário continuou à procura de soluções para os problemas. Essa possibilidade surgiu quando a JCI aceitou, em 1960, comprar a parte da quinta distribuída pelos rendeiros, passando a gerir as tensões, as rendas e a propriedade.

A JCI agregou o núcleo de rendeiros da Quinta da Goux à contígua Herdade dos Gagos (Almeirim), que tinha adquirido em 1959 e estava igualmente repartida e arrendada, concebendo para ambas um amplo projecto de intervenção fundiária, social e agrícola. Visava-se uniformizar as parcelas, facilitar a mecanização, construir sistemas de regadio, instalar um aldeamento, criar uma adega cooperativa, etc. Ainda que boa parte dos planos tenha ficado por cumprir, as intervenções da JCI contribuíram para modernizar a agricultura, mas também para fomentar descontentamentos. Um dos factores de desagrado prendia-se com o adiamento da atribuição de propriedade plena das parcelas. Em 1966, celebrando os 40 anos da 'Revolução Nacional', o Presidente da República, Américo Tomás, e o secretário de Estado da Agricultura, Domingos Vitória Pires, fizeram em Santarém a entrega simbólica de 100 alvarás de propriedade plena a rendeiros do plano da Goux e Gagos. Prometeu-se que se seguiriam mais 1500 alvarás. Todavia, em 1974, as promessas ainda não tinham sido cumpridas. Esse motivo e outros agravos levaram os rendeiros à constituição da Cooperativa Agro-Pecuária

¹⁶ Um dos casos mais conhecidos ocorreu em 1954, na zona de Fernão Ferro (margem sul do Tejo). A força dos movimentos sociais levou o Governo a tomar a decisão inédita de proceder à expropriação a favor dos rendeiros (decreto-lei 39 917, 20-11-1954). Depois deste desfecho, muitos proprietários terão pressionado o Estado para não houvesse mais expropriações.

¹⁷ Em agradecimento a Castelão de Almeida, o advogado que aceitou defender a causa dos rendeiros e que faleceu antes de conhecer o resultado do processo, foi colocada, depois de 1974, no recinto da Adega Cooperativa da Goux uma placa alusiva a este momento da luta pela terra.

de Gouxa e Ateia, que, abrangendo apenas a área do plano da JCI que estava integrada no concelho de Alpiarça, traduzia também um desejado afastamento de Almeirim. A resolução dos processos para atribuição de propriedade plena arrastou-se até finais do século XX.

Para os agricultores do Vale da Lama as dificuldades de acesso à terra revelaram-se ainda maiores. Em Agosto de 1955, os rendeiros receberam uma circular de despedimento, que lhes impunha o abandono da terra que há muito exploravam. Nessa altura nenhum aceitou sair e procuraram apoios que lhes permitissem inviabilizar a ordem de expulsão. Neste caso, porém, as diligências encetadas pelos rendeiros não foram bem sucedidas e estes tiveram que abandonar a herdade. Muitos destes compraram ou arrendaram parcelas disponíveis noutros pontos do concelho, sobretudo na charneca, continuando a fazer parte do concelho. A propriedade permaneceu indivisa, estando, em meados dos anos 2000, a ser explorada num regime de agropecuária extensiva.

Estes cultivadores, como são localmente designados, que exploraram as terras de Vale da Lama e Quinta da Gouxa faziam parte dos milhares de migrantes que, procurando no Ribatejo e Alentejo oportunidades para melhorar de vida, se fixaram e fizeram crescer as povoações regionais. Estavam atentos às oportunidades para adquirir alguma parcela de terra, disputavam localmente os contratos de arrendamento e de parceria. Foram estes que aproveitaram as possibilidades para se tornarem seareiros, como aconteceu durante a Campanha do Trigo, na década de 30, ou com a expansão, a partir da década de 50, da cultura do tomate e do melão nas áreas que permitiam agricultura de regadio.

As diligências que visaram assegurar o acesso à terra durante o 'Processo Revolucionário em Curso' enquadram-se, assim, em acções mais amplas e diversificadas que traduziam vontades individuais e colectivas, as quais podem ter correspondido a diferentes experiências de reforma agrária. A maior parte dos protagonistas das iniciativas que ocorreram em Alpiarça tinha uma longa experiência familiar e individual de procurar e de explorar terra, fosse própria ou alheia. Nesta comunidade não são comuns as linhagens de famílias de trabalhadores, afastadas da terra durante gerações, como documentam estudos em outras localidades do Ribatejo e Alentejo¹⁸. Mais, para muitos alpiarcenses, as aspirações de terra e as experiências de a explorar não se revelaram incompatíveis com a empenhada militância política no PCP. Antes pelo contrário, as competências reveladas e os desejos de uma vida melhor conferiam conteúdo e materializavam, perante os membros da comunidade, os ideais de

¹⁸ P. Godinho, *Memórias da resistência rural no sul. Couço 1958-1962*, Oeiras, Celta Editora, 2001; J. P. Pereira, *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal*, Mem Martins^{ns}, Publicações Europa-América.

progresso e emancipação que sustentavam ideologicamente o partido. A revolução de 1974 abriu outras possibilidades para concretizar as ambições de terra, não só reconhecendo as ocupações, como também desbloqueando situações que a ditadura deixara arrastar, como foram os casos do Mouchão do Inglês e dos rendeiros da Gouxá e Atela. As diferentes iniciativas desenvolvidas durante o PREC traduziram mais um momento, que pode ser designado por reforma agrária revolucionária, dum longo processo de tentativas para garantir o acesso à terra, que continua a decorrer.

Notas conclusivas

Mais do que conclusões, as notas que se seguem poderão, eventualmente, contribuir para construir novas hipóteses de investigação.

A primeira nota remete para a necessidade de proceder à identificação das iniciativas de reforma agrária desenvolvidas durante o Estado Novo e antes deste. Esclarecendo quais foram os objectivos, protagonistas e efeitos das mesmas. Interessa também averiguar em que medida os processos locais de construção social da reforma agrária, assentes em experiências e/ou intenções, estão, ou não, associados às diferentes iniciativas de reforma agrária revolucionária. Ainda que as ocupações protagonizadas por trabalhadores rurais tenham sido as mais estudadas, é necessário averiguar qual a expressão de outras modalidades de acesso à terra praticadas durante este período. Esta avaliação poderá pressupor o reconhecimento da historicidade local da fome de terra e do desenvolvimento de diversas estratégias para a satisfazer.

Torna-se, igualmente, necessário identificar quem foram, em cada época e local, os protagonistas das experiências de reforma agrária. Continua a ser dominante a percepção de um país rural dividido entre um Norte camponês e um Sul de assalariados rurais. Todavia, estas visões gerais carecem de ser matizadas com dados de carácter local e regional, que permitam aprofundar a compreensão das várias dinâmicas associadas às condições de acesso e de exploração da terra. Esses conhecimentos parecem fundamentais para explicar diferentes impactos sociais, económicos e políticos das várias experiências de reforma agrárias desenvolvidas durante o período contemporâneo.

Uma última nota acerca dos modelos de exploração adoptados pelas cooperativas e unidades colectivas de produção. Os estudos existentes têm-se focado mais nos aspectos políticos, institucionais e nos movimentos sociais, estando por avaliar a concepção e aplicação dos planos de exploração agrícola e pecuária. Contudo, a componente económica e produtiva era essencial nestas organizações. Ainda que se tenha generalizado a convicção de que a reforma agrária revolucionária foi economicamente um fracasso, é necessário averiguar com detalhe como foram concebidos e executados os diversos projectos de exploração.